

OS MARANHENSES
(Contribuição para a Teoria Geral do Maranhão)

Cadernos IMESC 1

GOVERNADOR DO ESTADO DO MARANHÃO

Jackson Lago

SECRETÁRIO DE ESTADO DO PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO

Abdelaziz Aboud Santos

INSTITUTO MARANHENSE DE ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS E CARTOGRÁFICOS**PRESIDENTE**

Raimundo Nonato Palhano Silva

DIRETOR DE ESTUDOS E PESQUISAS

Hiroshi Matsumoto

DIRETOR DE ESTUDOS AMBIENTAIS E GEOPROCESSAMENTO

José Raimundo Silva

SUPERVISOR ADMINISTRATIVO-FINANCEIRO

Tetsuo Tsuji

CHEFE DA ASSESSORIA JURÍDICA

João Batista Ericeira

CHEFE DE GABINETE

Jhonatan U. P. Sousa

APOIO INSTITUCIONAL

Fundação de Amparo à Pesquisa e ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Maranhão-FAPEMA

DIRETOR-PRESIDENTE

Sofiane Labidi

ORGANIZAÇÃO DOS CADERNOS IMESC

Raimundo Nonato Palhano Silva

Jhonatan U. P. Sousa

REVISÃO

Josélia Morais de Sousa

NORMALIZAÇÃO

Virginia Bittencourt Tavares Conceição Neves

Corrêa, Rossini

Os Maranhenses: contribuição para a teoria geral do Maranhão / Rossini Corrêa. – São Luís: IMESC, 2008.

48 p.: il.

(Cadernos IMESC, 1)

ISBN 978-85-61929-02-2

1. Ciências Sociais – Maranhão. I. Instituto Maranhense de Estudos Socioeconômicos e Cartográficos. II. Título. III. Série.

CDU 3 (812.1)

ROSSINI CORRÊA

OS MARANHENSES
(Contribuição para a Teoria Geral do Maranhão)

Cadernos IMESC 1

São Luís
IMESC
2008

INSTITUTO MARANHENSE DE ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS E CARTOGRÁFICOS

CONSELHO EDITORIAL

Raimundo Nonato Palhano Silva

Presidente

Francisca Zubicueta

Hiroshi Matsumoto

Jane Karina Silva Mendonça

Jhonatan U. P. Sousa

João Batista Ericeira

José Ribamar Trovão

José Rossini Campos do Couto Corrêa

Josiel Ribeiro Ferreira

Madian de Jesus Frazão Pereira

Rosemary Paiva Marques Teixeira

Tetsuo Tsuji

Presidência do IMESC

Av. Jerônimo de Albuquerque, S/N – Edifício Clodomir Milet – 6º andar - CALHAU

São Luís-MA | CEP 65074-220

(98) 3218 2176

(98) 3218 2394 (Fax)

Diretorias de Pesquisa/Coordenadoria de Informação e Documentação

Av. Senador Vitorino Freire, S/N – Edifício Jonas Soares – 4º andar – AREINHA

São Luís-MA | CEP 65030-015

(98) 3221-2353

(98) 3221-2504

www.imesc.ma.gov.br

www.seplan.ma.gov.br

www.ma.gov.br

Dedicado em azul a Nirciene Rosa Laboissière e aos meus maranhenses Anna Raphaela Corrêa e Rossini Corrêa Júnior, com amor.

APRESENTAÇÃO

A série editorial “Cadernos IMESC”, editada pelo Instituto Maranhense de Estudos Socioeconômicos e Cartográficos-IMESC, objetiva resgatar o debate público sobre temas contemporâneos e relevantes da realidade maranhense, com vistas a contribuir para o planejamento do desenvolvimento sustentável do Maranhão.

Essa iniciativa integrante do Plano Editorial do IMESC para sua consecução contou com pesquisadores de várias áreas do conhecimento que colaboraram no desenvolvimento de estudos e pesquisas abordando a reflexão sobre temas cruciais para a sociedade e para o governo estadual.

Existe uma verdadeira lacuna na área dos estudos maranhenses, talvez explicada por nosso olhar pessimista às coisas da terra, abrumando assim, as tentativas de compreender em termos claros e resolutos nossos problemas.

No momento atual o conhecimento é valor imprescindível e estratégico para o sucesso de qualquer sociedade no mundo, fundamental para uma inserção soberana e competente, cuja base está nas inteligências mobilizadas e articuladas em torno de um objetivo comum.

As fronteiras arcaizadas entre o prático e o teórico são cada vez mais tênues, a construção de um pensar prático é decisivo para a sobrevivência num mundo em constante torvelinho.

O desafio dos “Cadernos IMESC” é ousar e, ao mesmo tempo, romper com essas fronteiras, para desenvolver idéias originais e aplicáveis, necessárias ao avanço do conhecimento que cose as bases da transição entre o hoje e o amanhã, do Maranhão atual e para um Maranhão Grande, culminância da ruptura com os tradicionais processos de descontinuidade que marcam a formação histórica maranhense.

O novo planejamento público que estamos construindo com a participação ativa da sociedade, para cumprir seu desafio histórico, deverá ser um ente público estimulador e dinamizador das várias forças estratégicas associadas ao desenvolvimento sustentável: a força da economia, a força da educação, a força da política, a força da sociedade organizada, a força da cultura e sobretudo, a força do conhecimento.

Abdelaziz Aboud Santos

Secretário de Estado do Planejamento e Orçamento

PREFÁCIO

ROSSINI CORREA E AS MANHÃS DE SÃO LUÍS

O menino Rossini Corrêa fitou pela primeira vez os olhos na luminosa manhã de São Luís do Maranhão, na velha Rua Candido Ribeiro, no centro da cidade, em 8 de Setembro de 1955. Veio ao mundo nesta heróica urbe, síntese de diversas culturas, sobretudo a lusa, que por aqui deixou marcas indeléveis, não apenas no admirável acervo dos sobrados e azulejos, mas igualmente no inconsciente coletivo de sua gente. Rossini soube devassá-lo como ninguém, penetrou nas bases, revelou-o neste trabalho e em outros de sua extensa bibliografia, explicitando os principais arquétipos que o impulsionam.

Cumpriu a sina de sucessivas gerações de intelectuais maranhenses. Migrou para o Recife, cursou o mestrado, o doutorado, tornou-se pesquisador reconhecido internacionalmente, com trabalhos publicados em centros universitários do mundo inteiro.

Posso afirmar, pela leitura dos seus textos, resultantes de alentadas pesquisas, a Escola do Recife o influenciou expressivamente, o toque de Apipucos nele é evidente, quando, por exemplo, descreve a abundância da culinária maranhense. É de dar água na boca. O estilo freiriano se faz presente, o linguajar sociológico concilia-se com a prosa e a poesia com inexcelável qualidade literária. Na arqueologia sociológica descobre as determinações do comportamento do homem médio maranhense, de sua psicologia social ambivalente, anárquica, irônica, particularmente do ilhéu ludovicense, estereótipo que se generalizou ao natural do Estado. Explica as razões do patrimonialismo aqui vigorante, da confusão entre o público e o privado, da corrupção e do mandonismo locais. É um ensaio indispensável para compreender o Maranhão. No final, faz brilhante declaração de amor ao torrão, pauta a agenda para resgatar o Estado e pô-lo a serviço de sua gente, como se lê:

O investimento maciço na educação e na cultura, o combate sistemático à miséria, a produção crescente de alimentos, a promoção orgânica da atividade turística, a descoberta de nichos da biocivilização, a reconstrução da relação com o mercado internacional, o investimento obsessivo em ciência e em tecnologia, o fomento contínuo às atividades de pesquisa, a produção estratégica de energia limpa, o estímulo ao agro-negócio sustentável, a proposição de um modelo de eco desenvolvimento, o estabelecimento de uma política de águas, a desprivatização democrática do Estado, a organização, a mobilização e a participação da sociedade, a defesa, a preservação e a utilização racional da biodiversidade, a criação de uma referência internacional na transação de crédito carbono, o exame crítico da produção ética de biocombustível, o estímulo sistemático ao empreendedorismo, especialmente juvenil, a formação de agentes empresariais multiplicados, de

pequeno e de médio portes, a geração de capital social democrático, o combate substantivo à violência no campo e na cidade e o chamamento da sociedade para a gestão do seu futuro e do seu destino – eis alguns elementos de um projeto multissecular de libertação do Maranhão da miséria, da pobreza, da exclusão, do patrimonialismo, do familismo e do mandonismo.

Quanto ao *savoir-faire*, o autor cuida de não dar receitas prontas, preocupa-se em sugerir os parâmetros para a ação renovadora, nela, a participação da sociedade é indispensável para a reconstrução do Estado promotor do bem-estar dos maranhenses, livrando-nos dos seculares males da miséria, da pobreza, da exclusão ligados ao caciquismo na vertente patrimonialista. Seus olhos estão postos no futuro.

Como outro importante intelectual conterrâneo, Ignacio de Mourão Rangel, depois de andar por tanto chão e navegar por tantos mares, Rossini não partiu da província amada apenas para chegar a Academia Brasileira de Letras, já faz parte de tantos sodalícios acadêmicos! Sua navegação não foi de cabotagem, mas de alto-mar, de lá retornou com um oceano de esperanças, de crenças no futuro, com os mesmos olhos de menino que fitava as luminosas manhãs de sua São Luís.

João Batista Ericeira
Advogado, professor universitário e Diretor da EFG-MA

SUMÁRIO

1 PRELIMINARES DE MÉRITO	13
2 DEMONSTRAÇÃO	14
NOTAS	38
PERFIL DO AUTOR	42

OS MARANHENSES*
(Contribuição para a Teoria Geral do Maranhão)

José Rossini Campos do Couto Corrêa

1 PRELIMINARES DE MÉRITO

Tese 1. *O maranhense típico é antes de tudo um medroso, a começar pelo terrível medo do ridículo, que o tolhe, limita e auto-censura, em uma terra de ironistas e de motejadores contumazes.*

Tese 2. *Estranho é que, em uma terra de ironistas e de motejadores contumazes, o Maranhão não tenha produzido uma escola pública, a céu aberto, de humoristas, em nítida demonstração da vitória silenciosa do medo sobre a possibilidade contagiante da alegria.*

Tese 3. *Daí nasce a temerária, mas perigosamente defensável proposição, de que o maranhense típico, por ser essencialmente medroso, se interioriza e conhece a si mesmo, em uma ambiência definida pela psique coletiva de apreço à cultura, exprimindo o seu ser mais profundo em reiterada consonância com a tradição de valorização das ciências, das letras e das artes.*

Tese 4. *Por ser o maranhense típico antes de tudo um medroso, a começar pelo medo pânico do ridículo, no Maranhão o homem médio age de tal forma, que a sua conduta parece pretender inspirar o comportamento universal, tornando sua certa prosaica máxima, referente à idéia de que todo aquele que é portador de determinada região anatômica, necessariamente tem medo.*

Tese 5. *A cultura maranhense é uma espécie singular de Ego Transcendental, ou, ainda, de Todo Orgânico, a se tornar verdade visível e concreta, na consciência e nas atitudes de uma gente (pre)disposta a (re)descobrir, geração a geração, no universo criativo do saber a sua destinação maior, a confirmação da sua identidade profunda e a sua projeção possível e mais qualificada na vida do mundo.*

* Esta pesquisa foi produzida no âmbito do projeto “Ciclo de Estudos e Idéias sobre o Maranhão” do Instituto Maranhense de Estudos Socioeconômicos e Cartográficos-IMESC, iniciado em 2007.

Tese 6. *Estas teses heterodoxas, perpassadas de ressonâncias nacionais, que vêm de Euclides da Cunha a Sérgio Buarque de Holanda e de Joaquim Nabuco a Gilberto Freyre, encontram o calidoscópico da sua dialogia universal em Immanuel Kant, Edmund Husserl, Max Weber e Emile Durkheim. Entretanto, um membro da trindade filosófica de Atenas – trata-se de Platão - constitui o espelho mais cristalino da sua tessitura argumentativa, por ser o fiador da idéia de que o ateniense, quando bom, era incomparavelmente bom, quiçá definido por aquele medo que o filósofo, no diálogo **As Leis**, considerou sumamente nobre, por ser sinônimo tanto de pudor, quanto de auto-respeito. Eis um ideal que a psique maranhense pode reivindicar para si: o de que a contensão resultante do seu medo crônico do ridículo é sumamente nobre, por ser sinônimo platônico quer de pudor, quer de auto-respeito.*

2 DEMONSTRAÇÃO

Maranhão, no vernáculo, é proveniente de maranha e significa peta, mentira grossa e contar maranhões. Jayme de Séguier reservou o adjetivo maranhoso àquele intriguista e enredador mergulhado nas artes sombrias do dizer e do fazer maranhas, palavra de origem castelhana – *maranã* – que constitui a própria negação do retilíneo ideal cartesiano, com as curvas e os nós cegos do fio ou das fibras enredados como teias de lã às vésperas de serem pisoteadas. Menos mal está o maranhense, se se puder vinculá-lo ao universo das iguarias, sob o reinado maranho do molho de tripas, das miudezas de carneiro com arroz e da água na boca dos bocados de galinha.¹ De qualquer maneira, há de ser consignado nos autos que a esfera teológica recepcionou a crença de que palavra tem poder, restando entre a vantagem e a desvantagem, admitir a designação de batismo, no mínimo como desconfortável.

César Augusto Marques recorreu ao testemunho do Comendador João Francisco Lisboa, segundo o qual *Maragnon* foi o patronímico de algum fortuito e esquecido descobridor português, cujo sobrenome espanhol se aclimatara já na pronúncia lusitana, renascendo como *Maranhão*.² E mais: o referido dicionarista histórico registrou o encontro, no Portugal de 1839, do manuscrito da obra fragmentária intitulada **Maranhão Conquistado a Jesus Cristo e à Coroa de Portugal pelos Religiosos da Companhia de Jesus**, em que a matéria em epígrafe foi amplamente discutida. Uma das hipóteses ali estampadas foi a do Padre Manoel Rodrigues, advinda das **Harmonias das Vozes**, a garantir que antigos e deslumbrados descobridores, frente ao doce das águas grandes de trinta léguas, já no coração do mar oceano, perguntavam em latim – *mári?* – e recebiam como resposta – *non* – daí nascendo o espanhol *Maranhon* e o português *Maranhão*, como resultado da síntese das partículas *mári+non*.³ Em contraponto, o Padre João Tavares

defendeu a tese de que o vocábulo *Maranhão* é proveniente de *Maranhay* da língua brasílica, a significar pororoca, isto é, briga das águas correndo ou água que corre brigando, em rebentar do estouro em ronco contínuo do mar: *maramonhamgá* (briga) + *anham* (correr) + o substantivo água.⁴

Impagável, no debate em desenvolvimento, foi a participação do Padre Antônio Vieira, gênio do barroco, que em sermão pronunciado na quinta dominga de 1654, reservou a letra *M* do abecedário distribuído às províncias portuguesas, ao Maranhão, como quê por direito natural: “M. Maranhão, M. murmurar, M. motejar, M. maldizer, M. malsinar, M. mexericar, e, sobretudo M. mentir, mentir com as palavras, mentir com as obras, mentir com os pensamentos”.⁵ Era o retorno ao argumento da maranha, da intriga e da mentira grossa como fundamento, compreenda-se, não somente da palavra *Maranhão*, porém e, em particular, da maranhensidade, que é a forma reiterada no tempo histórico, de uma sociedade singular, enquanto consciência e enquanto atitude, ser e estar na vida do mundo. Aos maranhenses – ou maranhosos – caberia o ofício trêfego e leviano de motejar, maldizer e, como se não bastasse, mentir de maneira total, completa e absoluta, com os corpos físico e espiritual. Uma preliminar de mérito, entretanto, pode ser argüida: referia-se Padre Antônio Vieira a quais maranhenses, de maneira referencial e originária, como especialmente capazes de todas as maranhas?

O arquétipo do Maranhão (terra) e a existencialidade dos maranhenses (gente), na percepção crítica do Padre Antônio Vieira, segundo a arquitetura de esboço e de construção unitários, têm necessária e dialética interligação, a reclamar a iluminação dos devidos matizes analíticos. Os maranhenses (gente) que definiam com negatividade o Maranhão (terra), na denúncia ética do moralista em questão, na aurora noturna da vida, colonial brasileira, eram os pertencentes, às castas sociais dominantes, com a sua prosaica voracidade econômica e política. Português d’além mar ou aportuguesados da terra, nascidos de, ou entre nativos, que detinham a esfera pública como coisa privada, tendo-a como o seu maior, privilegiado e indisputável patrimônio. Aqueles pretensos patrícios, fechados em si mesmos pelo espírito de família, que é *res privata*, considerado o mais distante da natureza do Estado, que é *res pública*, por ninguém mais, ninguém menos do que Aristóteles,⁶ revelaram-se capazes, desde a manhã do seu destino e da sua vivência maranhenses, do cometimento de todas as torpezas, perfídias, promessas, malabarismos, em síntese, maranhas, para adquirirem, preservarem e ampliarem a possessão econômica e política que lhes parecia ser sua por direito eterno. Afinal, *El Rey* estava distante e o Senhor Deus – arrematavam – era transcendente...

Se a primeira clivagem distinguia os portugueses d’além mar e os outros nativos aportuguesados, que nada mais eram, a princípio, do que portugueses d’aquém mar – estes, com

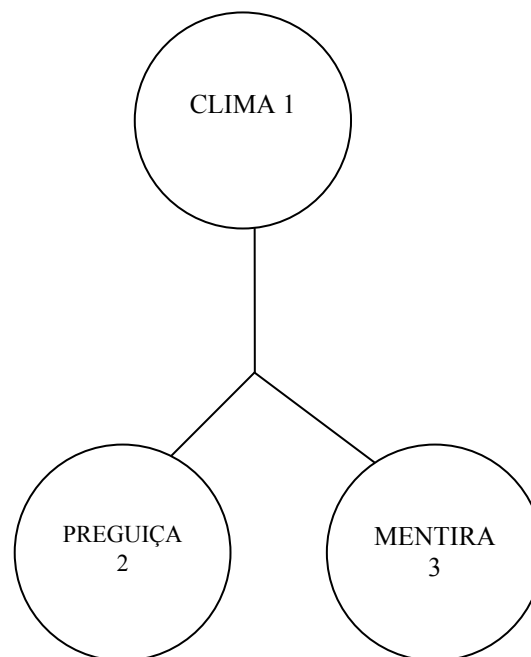
diferentes graus de antecedência lusitana – diversas maneiras de desigualar socialmente existiram. A divisão pelo volume de teres e de haveres econômicos, a separação pelo nível hierárquico de poder religioso, militar, jurídico e político e a significação simbólica da função burocrática, eram os principais critérios de estratificação social entre os portugueses d'além mar e os nativos aportuguesados, bem como dentre si, reproduzindo em cada hemisfério o espírito de concorrência, exclusão, discórdia, combate, calúnia e difamação estabelecidos no antagonismo central da luta de castas sociais reinantes no Maranhão Colonial. Naquela ambiência referenciada pela vontade de poder, permissiva da aquisição multiplicada de privilégios concedidos pelo Estado Metropolitano, a prevalência da atitude aventureira, em busca da realização imediata da estratégia facilitária, contra toda a expectativa de construção da ordem e da regularidade, foi uma constante.

Estabelecer como regra de conduta o estelionato moral deve ter parecido a não poucos razoável, justificando o seu agir corrosivo pela natureza espoliativa do colonialismo como empresa de saque, sem nenhuma responsabilidade perduradora quer com a terra (Maranhão), quer a gente (maranhenses). Como o Grande Pai, que era a figura totêmica do Estado Metropolitano, deixava na orfandade os seus agentes e beneficiários, preocupado somente com o seu quinto de tudo, a predatória politiquice do salve-se quem puder prosperou e perpassou a consciência precária, para cristalizar comportamentos, tanto dos portugueses d'além mar, quanto dos nativos aportuguesados. Precaver-se com esta e mais aquela vantagem indevida, rotineira e sucessiva, sugeriu a muitos ser o exercício de uma legítima responsabilidade patrimonial e previdenciária, para com o futuro da parentela, que as famílias oficiais e oficiosas não podiam esperar. Da escassez de privilégios a distribuir, contrastando com a ferocidade urgentíssima dos apetites, nasceram os violentos conflitos de interesses nas castas sociais dominantes, tornados quase sempre subterrâneos, vivenciados nos bastidores das circunstâncias, em um autêntico baile de máscaras.

Daí o recurso aos expedientes turvos, à sorrelfa, que permitiam julgar e condenar, sem direito à defesa, no tribunal secreto e traiçoeiro do santo ofício da língua a murmurar, motejar, maldizer, malsinar, mexericar, e, sobretudo, mentir, mais do que o céu. Sim, porque no Maranhão, segundo a descrição do pensador barroco, a claridade solar amanhece a prometer um dia de formosura, para, no momento subsequente, as nuvens vestirem o céu de escuridão e começar a chover como no dilúvio⁷. O “Sermão da Quinta Dominga da Quaresma”, ao recordar que novelos de fio de algodão funcionavam como moeda corrente no Maranhão, terminou por tornar possível ao orador sacro realizar uma provocante aproximação: “Novelas e novelos, são as duas moedas correntes desta terra: mas têm uma diferença, que as novelas armam-se sobre nada, e os novelos armam-se sobre muito, para tudo ser moeda falsa”⁸. A confiabilidade reclamada enquanto mínimo ético, para o desenvolvimento das relações sociais com ordem e com regularidade, o pensador

cristão não encontrou na noite cerrada do Maranhão, que nada mais era, todavia, do que a areia fluida e movediça do colonialismo português no Brasil.

O princípio argumentativo do Padre Antônio Vieira consistiu no estabelecimento de um nexos frasal, por suposto, explicativo do Maranhão: “de todos e por todos os modos aqui se mente”⁹. Em decorrência da sublinhada presunção de culpa, o mestre de pensamento condenou o Maranhão (terra) e os maranhenses (gente), inventados e reinventados, então, pela projeção oceânica de Portugal no Brasil. Ao refletir para sentenciar, sobre a “terra onde até o sol mente”¹⁰, o advogado do Império Colonial Português pronunciou o seu tratado da consequência: “Vede se é certa a minha verdade, que não há verdade no Maranhão”¹¹. Tropeçando em moedeiros falsos, o notável teólogo imaginou encontrar a lei da causalidade, ao desvendar aquilo que seria a hipotética essência do problema: “Estes são os dois vícios do Maranhão, estas as duas influências deste clima – ócio e mentira – O ócio é a primeira influência, a mentira a segunda: o ócio a causa, a mentira o efeito”¹². Eis a palavra definitiva: “Não há terra no mundo que mais incline ao ócio, ou à preguiça”¹³. A bem da verdade: conclusiva e preconceituosa, ancorada na tessitura de um raciocínio segundo o qual os malefícios da terra (Maranhão), comprometeriam a gente (maranhenses):



Tratar-se-ia, na proposição em comento, de uma determinação estrutural – a do clima da terra – a repercutir de maneira, para argumentar, inexorável, na psique coletiva – a da gente da terra – retratada pelo filósofo português: “Digam-no os naturais. Nem a sua diligência, nem a sua verdade o pode negar. Não há gente mais mentirosa, nem mais preguiçosa no mundo. Deitados na sua rede”¹⁴. Sugere a passagem ora destacada a possível existência de uma poluída visão

eurocêntrica, em radical desfavor do ameríndio, colocado em situação no balanço da rede, preguiçoso e mentiroso. O índio, o mais natural dos naturais da terra, onde todos passaram a evidenciar os caracteres originários, estatuídos pela determinação climática. De onde a preocupação contábil do Padre Antônio Vieira, interessado em saber quantas eram, diariamente, as mentiras lançadas ao vento no Maranhão e qual o número de unidades domésticas em São Luís, bem como qual seria a razão numérica entre o volume de mentiras e a quantidade de residências? Ou seja: o quantitativo de mentiras por unidade doméstica, por dia, semana, mês e ano, teria que perfil catastrófico?

A leitura do erudito português reportou-se aos princípios basilares do amor, da honra e da amizade, considerados ausentes notórios nos espaços físico e humano da geografia maranhense. A gravidade do problema foi recepcionada como suficiente para, ao transgredir o âmbito privado, admiti-lo como pertencente à esfera pública, pelo ambiente de instabilidade social que produziu. O convite à mudança terminou esculpido na pedra do tempo: “Pois se tudo vos fica em casa, e é força que assim seja, não é muito pouca razão de Estado, e muito grande sem-razão, que vos andeis levantando falso testemunho, que vos andeis infamando e afrontando uns aos outros?”¹⁵. Advogado crônico dos interesses do Império Colonial Português, Padre Antônio Vieira cuidava para que a Holanda, entrevista como uma mistura de piratas e de hereges, não deslocasse a hegemonia de Portugal e de Espanha, os dois descobridores do Novo Mundo, no processo de construção da modernidade. Zeloso guardador, o pensador de méritos chorava a dor e a saudade das fugidias circunstâncias, que terminaram por reduzir Portugal para a periferia do processo de que fora o centro, beneficiado pela presença do capital mercantil judaico na Cidade do Porto, a constituir uma força dinâmica a serviço da mudança, com poderosos investimentos em ciência e em tecnologia náuticas.

Judeus expulsos de Portugal e refugiadas na Holanda, para ali transferindo os efeitos da conexão entre Navegações → Descobertas → Colonização → e Mercantilismo, desembocados, em seguida, na formação e na afirmação do Capitalismo Comercial → mãe, mais tarde, do Capitalismo Industrial → pai, no futuro, do Capitalismo Financeiro. Padre Antônio Vieira recordou que os lusitanos enfrentaram ásperos ventos e ondas, lavraram a inculta terra e edificaram difíceis cidades, tornando tudo compatível com o cultivo da riqueza, para, depois, entregá-la aos flamengos, “esta gente pervertida e apóstata”¹⁶, objeto de visceral admoestação do “Sermão pelo Bom Sucesso das Armas de Portugal contra as da Holanda:” “Entregai aos Holandeses o Brasil, entregai – lhes as Índias, entregai-lhes as Espanhas (que não são menos perigosas as conseqüências do Brasil perdido), entregai-lhes quanto temos, e possuímos (como já lhe entregaste tanta parte)”¹⁷. Escute-se ainda o arremate final dos males, na voz memorável do orador barroco: “ponde em suas mãos o

Mundo; e a nós, aos Portugueses e Espanhóis, deixai-nos, repudiai-nos, desfazei-nos, acabai-nos”¹⁸. Contudo, sequer da Holanda, a nação concorrente na construção da hegemonia em disputa, seria o mundo moderno.

A hegemonia transitaria de Portugal para a Espanha e desta para a Holanda, a qual a perderia para o Reino Unido, que, depois do seu mais longínquo exercício, seria, como foi, derogado pelos Estados Unidos – ao término da Segunda Guerra Mundial, quando da trágica evidência do sentido simbólico da explosão das bombas atômicas em Hiroshima e Nagasaki –, ainda os seus detentores. Buscou o Padre Antônio Vieira, de desconsolação em desconsolação, explicar o porquê dos enganos e das desditas de Portugal, de guerra em guerra, de desgoverno em desgoverno. A pregação do “Sermão do Bom Ladrão”, proferido na Igreja da Misericórdia de Lisboa, no ano de 1655, representou um exorcismo, cortando a navalhadas verbais a carne e o nervo da opaca consciência moral do mundo que o português dominou. Da fazenda da coisa particular à fazenda da coisa pública, à margem de qualquer ânimo verdadeiro de restituição, o furto e o roubo grassaram como crônicas pandemias, sem atitudes reais que os embargassem. Da realeza esperava o orador sacro que não elegeisse, dissimulasse, consentisse e aumentasse os ladrões, patrocinando a corrupção, posto que, d’além e d’aquém o Cabo da Boa Esperança, a conjugação do verbo furtar era uníssona. Furtava-se por todos os modos: indicativo, imperativo, mandativo, optativo, conjuntivo, potencial, permissivo e infinitivo. E também todos os tempos, porquanto “furtam, furtaram, furtavam, furtariam e haveriam de furtar mais, se mais houvesse”¹⁹. É a vida do mundo. São os fatos nus da vida.

Entre os tempos imperfeitos, perfeitos, mais que perfeitos e outros mais, possíveis e imagináveis, Padre Antônio Vieira destacou o saque, no Império Colonial Português, da Índia, de Angola e do Brasil. Neste, a situação de retirada escusa mais patética foi a “do pobre Maranhão”²⁰, uma vez que não de duzentos, trezentos ou quinhentos mil cruzados, absorvidos pela esponja da corrupção política e administrativa, porém, “mais do que vale todo ele”²¹. Isto é, contra a aritmética, do pobre Maranhão (terra), era retirada uma riqueza superior àquela que produzia, sobrando para os maranhenses (gente), toda a responsabilidade por atributos que não se explicam, na origem, sem a presença dos portugueses d’além mar, que respondiam pelos nativos aportuguesados, que somente no decorrer do tempo os portugueses d’aquém mar foram se tornando, pela miscigenação, simples brasileiros daqui mesmo. Tratou-se de uma vitória, que tornou possível e vertical a idéia de Brasil e de brasileiros, a se desenvolver nas entranhas do Maranhão. E também de Pernambuco, da Bahia, das Minas Gerais, do Rio de Janeiro e, até mesmo, pois não é ironia socrática, de São Paulo, um espaço colonial cercado de fragilidades nos primórdios da sociedade pós-cabralina.

O Maranhão foi coletador, com a ancestral presença indígena que antecedeu o código produtivista do português, realizado por intermédio da escravidão do africano. As capitânicas hereditárias e o sistema sesmarial conformaram a feitoria de saque colonialista no Brasil, integrado, de maneira subalterna e periférica, ao sistema capitalista central e europeu em processo de formação e de projeção oceânica. E assim aconteceu o Maranhão, senhor da peculiaridade histórica e administrativa de que, dividida a América Portuguesa em duas unidades gestoras, ao Sul houve o Estado do Brasil e ao Norte o Estado do Maranhão. Este, por sua vez, foi formado pela união das Capitânicas do Amazonas, então Rio Negro, Grão-Pará, Maranhão, Piauí e Ceará, o qual, depois, terminou separado da arquitetura em epígrafe. E as referidas Capitânicas constituíram parcerias públicas e privadas de exploração das riquezas coloniais, em modelo jurídico de atividade econômica conhecido desde a civilização romana.

O ameríndio ancestral que povoava o Maranhão, quando do encontro desigual de civilizações denominado Descobrimento e Colonização, foi reduzido à condição de escravo, em um processo de profunda dissonância cultural. O colono europeu e seus descendentes, bem como padres jesuítas, buscaram transformar, sob o recurso procedimental da violência física e/ou simbólica, o indígena coletador e livre, no seu contato direto e equilibrado com a natureza, em uma ferramenta animada, como diria Aristóteles, a serviço da pétrea disciplina da produção. Do sertão remoto ao sertão abscondito, o indígena procurou, mantendo-se à distância, preservar o direito à diferença, permanecendo índio e repugnando a escravidão. Dos produtores aos jesuítas, por intermédio de estradas e de bandeiras, as expedições de preação indígena, recordadas por César Augusto Marques como “honrosas e sanguinárias”²² terminaram por estabelecer uma dualidade de destinos ao indigenato: ou o genocídio ou a escravidão. A desindianização do ameríndio foi penosamente combatida, quase sempre perdendo a carreira, por combater o bom combate contra o sombrio e poderoso consenso de que o índio não era gente, logo, estava à margem do direito natural e ao revés dos direitos humanos. Em sintonia com Bartolomé de Las Casas, o poeta Gonçalves Dias denunciou aos tempos:

“Meu canto de morte,
Guerreiros, ouvi:
Sou filho das selvas,
Nas selvas cresci;
Guerreiros, descendo
Da tribo tupi.

Da tribo pujante,
Que agora anda errante
Por fado inconstante,
Guerreiros, nasci;
Sou bravo, sou forte,
Sou filho do Norte;
Meu canto de morte,
Guerreiros, ouvi.

Já vi cruas brigas
De tribos inimigas,
E as duras fadigas
Da guerra provei;
Nas ondas mendaces
Senti pelas faces
Os silvos fugaces
Dos ventos que amei.

Andei longas terras,
Lidei cruas guerras,
Vaguei pelas serras
Dos vis Aimorés;
Vi lutas de bravos,
Vi fortes – escravos!
De estranhos ignavos
Calçados aos pés.

E os campos talados,
E os arcos quebrados,
E os piagas coitados,
Já sem maracás;
E os meigos cantores,
Servindo a senhores,
Que vinham traidores,
Com mostras de paz.”²³

Os ‘estranhos ignavos calçados aos pés’, já senhores de escravos, ‘que vinham traidores com mostras de paz’, se não eram, bem que poderiam ser do mundo dos brancos. A Provisão Régia de 7 de abril de 1726 reservou aos jesuítas de 30 a 40 escravos indígenas capturados nas estradas ou expedições, para servirem em colégios e fazendas da Companhia de Jesus²⁴. E ao reverso, em 10 de novembro de 1757, o Capitão General do Maranhão festejou a lei da abolição da escravatura indígena, repleto de esperança de que, vigente, conquistasse eficácia, libertando os ameríndios do “tirânico cativoiro”²⁵, uma vez – sonhava – que “livres e senhores dos seus haveres se farão opulentos e a Sua Majestade aumentarão as suas rendas reais.”²⁶. Resulta meridiana, em consequência, a compreensão de que a pseudolibertação buscava apenas, trocando seis por meia dúzia, modificar a maneira de proceder à tutela do indigenato, concentrando-a na Coroa Metropolitana, em desfavor de fazendeiros e de jesuítas, sob o vermelho do pano de toureiro de que, sob o código da acumulação capitalista, os índios maranhenses tornar-se-iam burgueses magníficos. Como? ‘Servindo a senhores, que vinham traidores, com mostras de paz’? A aliança não parecia confiável, ainda que, aos desavisados, pudesse ser sedutora.

De vez a vez perdida a condição natural e originária de vida, duas desgraças sobram para a escravidão indígena: a fazendeira ou a jesuítica. Ambas malísimas. A jesuítica, às vezes, menos danosa. Ainda assim, procedida em aldeamentos católicos “onde se executavam severos regulamentos e obrigavam os índios a trabalhar constantemente na lavoura, na pesca, na caça, na navegação, enfim em todos os misteres da vida”.²⁷ Indígenas rendidos e condenados à escravidão, tornados estrangeiros na terra que lhes pertencera, que deveriam recordar os tempos em que, ludibriados por conquistadores e comerciantes franceses, entregavam-lhes o algodão, o âmbar, o jaspe, o bálsamo e as madeiras, recebendo, em contrapartida, a quimera dos descartáveis europeus,²⁸ permanecendo, entretanto, em estado de liberdade ameaçada, pois a véspera sempre será melhor do que o dia da condenação à morte moral, que é a escravidão. Os cantares verticais do indígena foram silenciados, lançando para o talvez nunca mais “O Canto do Guerreiro”.

“ I

Aqui na floresta
Dos ventos batido,
Façanhas de bravos
Não geram escravos,
Que estimem a vida
Sem guerrar e lidar.
- Ouvi-me, Guerreiros.
- Ouvi meu cantar.

II

Valente na guerra
Quem há, como eu sou?
Quem vibra o tacape
Com mais valentia?
Quem golpes daria
Fatais, como eu dou?
- Guerreiros, ouvi-me;
- Quem há como eu sou?

III

Quem guia nos ares
A frecha imprumada.
Ferindo uma presa,
Com tanta certeza,
Na altura arrojada
Onde eu a mandar?
- Guerreiros, ouvi-me,
- Ouvi meu cantar.

IV

Quem tantos imigos
Em guerra preou?
Quem canta seus feitos

Com mais energia?
Quem golpes daria
Fatais, como eu dou?
- Guerreiros, ouvi-me:
- Quem há, como eu sou?

V

Na caça ou na lide,
Quem há que me afronte?!
A onça raivosa
Meus passos conhece,
O imigo estremece,
E a ave medrosa
Se esconde no céu.
- Quem há mais valente,
- Mais destro do que eu?

VI

Se as matas estrujo
Co os sons do Boré,
Mil arcos se curvam,
Mil setas lá voam,
Mil gritos reboam,
Mil homens de pé
Eis surgem, respondem
Aos sons do Boré!
- Quem é mais valente,
- Mais forte quem é?

VII

Lá vão pelas matas;
Não fazem ruído:
O vento gemendo
E as matas tremendo

E o triste carpido
Duma ave a cantar,
São eles – guerreiros,
Que faço avançar.

VIII

E o Piaga se ruge
No seu Maracá,
A morte lá paira
Nos ares frechados,
Os campos juncados
De mortos são já:
Mil homens viveram,
Mil homens são lá.

IX

E então se de novo
Eu toco o Boré;
Qual fonte que salta
De rocha empinada,
Que vai marulhosa,
Fremente e queixosa,
Que a raiva apagada
De todo não é,
Tal eles se escoam
Aos sons do Boré.
- Guerreiros, dizei-me,
- Tão forte quem é?”²⁹

O indígena, que era coletador das dádivas naturais e foi lançado na fornalha da produção, não servindo a contento como carvão, de maneira desmedida terminou, quase por completo, desorganizado, desarticulado, desestruturado e desconstituído. Transplantado o africano para o Brasil, a escravidão do negro constituiu um crescente substitutivo à subsunção do indígena, que lutava para escapar ao total genocídio, não se perdendo de si mesmo no todo, a começar pela

língua, objeto da massa compressora e unificadora do português do Brasil. Do escravo africano e de sua presença essencial na economia da província, pesando na formação de sua sociedade,³⁰ nada há de comparável à síntese de Caio Prado Júnior: “o branco do algodão tornou negro o Maranhão”. Não devem ser esquecidas as palavras de Raimundo José de Souza Gaioso, a recordar: “Todos sabem que os Gregos e os Romanos, que tanto brilham pelos seus sentimentos nos seus escriptos, e sobre os nossos theatros, não se mostrarão muito humanos na sua política, e nas suas accções, quando estabelecerão na sua republica a mais rigorosa escravidão”³¹. Eis tudo de concessivo que a Coroa Metropolitana desejava escutar, para defender a existência de uma “escravidão temporária,”³² por sobreviver longamente.

Ao inventariar as causas dos embargos ao desenvolvimento da agricultura provincial, Raimundo José de Souza Gaioso enumerou a escassez de terra provocada pela presença do gentio, a espantar os fazendeiros, o preço inflacionado da aquisição do escravo africano, a execução judicial dos débitos com a compra do braço escravo, o preço ínfimo do algodão no comércio internacional e a cobrança sufocante do dízimo da Fazenda Real, sobretudo na lavoura algodoeira. Entretanto, há de ser compreendido que a agricultura não existiu sozinha no sistema produtivo do Maranhão, vinculada que esteve à pecuária, que penetrou nos seus verdes campos de Pastos Bons e demais localidades, em consequência da Casa da Torre de Garcia d’ Ávila, a dizimar os indígenas, levando-os do sertão para a morte, e não para as aldeias, como pretenderam os jesuítas. Valido de Tomé de Souza, Garcia d’ Ávila recebeu gado proveniente de São Tomé como contrapartida de serviços e realizou a fundação de um condado de curraleiros sempre interessados no Maranhão e no rio Itapecuru,³³ cuja Ribeira foi a dos sonhos da Companhia de Jesus e da Companhia do Grão-Pará e Maranhão. Ribeira do Itapecuru, da percepção analítica de Raimundo José de Souza Gaioso³⁴:

Mapa da população da Ribeira do Itapucurú dos annos de 1803 a 1805.

ESTADOS da população.	SUBDIVISOES de algumas classes.	ANNOS, E N. DOS HABITANTES.					
		1803.		1804.		1805.	
Corpo civil.			3		4		4
Clero secular.	Com lavoura.	2		5		2	
	Occupados na freguezia.	3	16	4	20	3	10
	Em capelas particulares.	11		11		5	
Agricultores.			340		341		306
Que vive de negocio.			34		44		26
Artistas.			72		87		23
Homens de mar.			26		25		10
Jornaleiros.	Sobre si.	22					
	Assalariados.	11	135		147		174
	Feitores.	102					
Mendigos.			50		61		44
Mulhores dos habitantes.			318		311		295
Filhos dos ditos.			1122		1158		1005
Escravos.			6725		6302		6600
Escravas.			4685		5195		5175
Soma da população.			12806		13593		13672

(164)

Notória era a densidade demográfica de escravos e de escravas, no cenário rarefeito geral da população na Ribeira do Itapucuru, nos primórdios do século XIX. Avultava a massa servil, a evidenciar a razão por que o branco do algodão tornou negro o Maranhão, em meio a agricultores, comerciantes, marítimos, jornaleiros, religiosos, mendigos, artífices, mulheres e filhos dos habitantes. Eram - os escravos e as escravas - 10.710, em 1803, para uma população geral de 12.806, aumentando para 11.495, em 1804, para um quantitativo humano global de 13.593 e crescendo ainda para 11.775, em 1805, para um conjunto demográfico de 13.672 almas, comportadas nos seguintes percentuais: 83, 63%, 84, 56% e 86, 12%. Na primeira década do século XIX, avançadíssimo o processo colonial, as vertentes étnicas interativas desiguais de formação da gente brasileira, com efeito, já estavam estabelecidas, perpassando o interesse e o registro de Raimundo José de Souza Gaioso:³⁵

TABOADA DAS MISTURAS.

Para ficar branco.

- | | |
|--------------------------------------------------|--------------------------------------------|
| 1 branco com huma negra produz mulato . . . | } Metade branco, metade preto. |
| 1 branco com huma mulata produz quartão. | } Tres quartos branco, e hum quarto negro. |
| 1 branco com huma quartão produz outão. | } Sete outavos branco, e hum oitavo negro. |
| 1 branco com huma outona produz branco. | } Inteiramente branco. |

TABOADA DAS MISTURAS.

Para ficar negro.

- | | |
|------------------------------------------------|----------------------------------|
| 1 negro com huma branca produz mulato. | } Metade negro, e metade branco. |
|------------------------------------------------|----------------------------------|

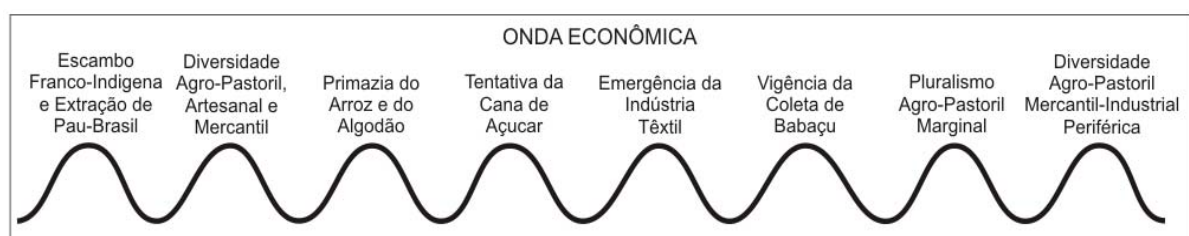
(120)

- | | |
|-------------------------------------------------|------------------------------------------|
| 1 negro com huma mulata produz quartão. | } Tres quartos negro, e 1 quarto branco. |
| 1 negro com huma quartão produz outão. | } 7 outavos negros, e 1 outavo branco. |
| 1 negro com huma outona produz negro. | } Inteiramente negro. |

Há de ser perguntado: a tabuada de misturas ficou restrita a brancos e a negros como etnias principais, não contemplando a presença central do índio? Com certeza, porque o genocídio do indígena no Brasil foi muito mais profundo do que no Peru, na Bolívia e no Paraguai, por exemplo, levando à sua lateralidade perante a dinâmica interativa de natureza étnica, cujo protagonismo envolveu brancos e negros. Se minguava o índio, o negro aumentava, como ponderou Jerônimo de Viveiros: “a população africana no Maranhão aumentava espontaneamente,

proporcionando negócio rendoso aos negreiros, sua maioria baianos e pernambucanos”³⁶. Tinha o Nordeste do Brasil o que a Metrópole não possuía e interessava à África, que trocava açúcar, cachaça e tabaco por negros, os quais foram reduzidos pelos conflitos econômicos, políticos e étnicos do seu tribalismo, à condição de mercadorias a alimentar a escravidão. A ligação era direta, costa a costa atlântica, vencendo os tumbeiros o mar oceano. “Se até o doutíssimo Padre Antônio Vieira pediu licença a Sua Majestade para resgatar índios no sertão, para serem submetidos à sua escravidão, “conforme as mais seguras regras do direito,”³⁷ consideradas “muito convenientes ao bem espiritual das mesmas almas,”³⁸ protegidos por todos as circunstâncias reclamadas pelo binômio “justiça e cristandade,”³⁹ o que se poderia prefigurar com seu devenir, seu futuro, seu vir-a-ser?

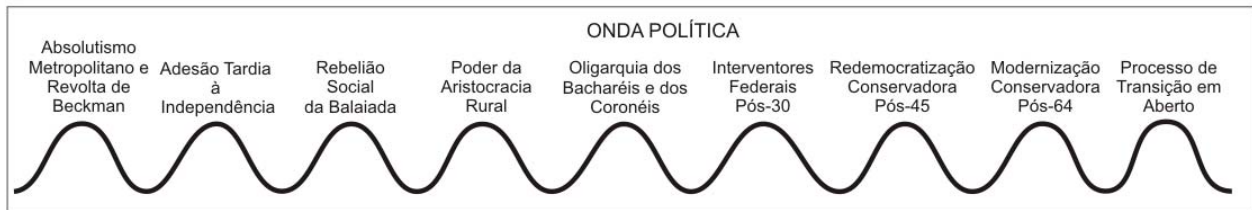
Peixes, plantas, pássaros e árvores do Maranhão, desde o século XVII, estavam inventariados por D. Frei Cristóvão de Lisboa⁴⁰. Já a **Jornada do Maranhão** noticiava a existência de roçados de algodão, tabaco, canafistula, pérola, enxofre mineral, minas de ouro e de prata, paus de tinta como urucu, carajuru e tatajuba, salitre, almêcega, óleo de copaíba, ambargris e animais silvestres⁴¹. A terra interessava, merecia que as montanhas das ambições fossem movidas, pois registrou Bernardo Pereira de Berredo: “Era grande a fama das preciosidades do Maranhão”⁴². A sociedade colonial de castas foi organizada sob a forma externa do feudalismo, com essência operativa recorrente ao escravismo tardio e vinculado ao processo de ascensão européia do capitalismo. João Francisco Lisboa, moralista exemplar das letras brasileiras, ao examinar o problema do trabalho escravo, foi mais Hegel do que Aristóteles: “a escravidão, sem melhorar e civilizar o escravo, barbariza e corrompe o senhor”⁴³. O Maranhão confirmou a regra do sistema escravocrata, com a formação de uma sociedade senhorial bárbara e corrompida, sem melhoria e sem civilização para o escravo, a laborar longamente em numerosos momentos da sua história produtiva:



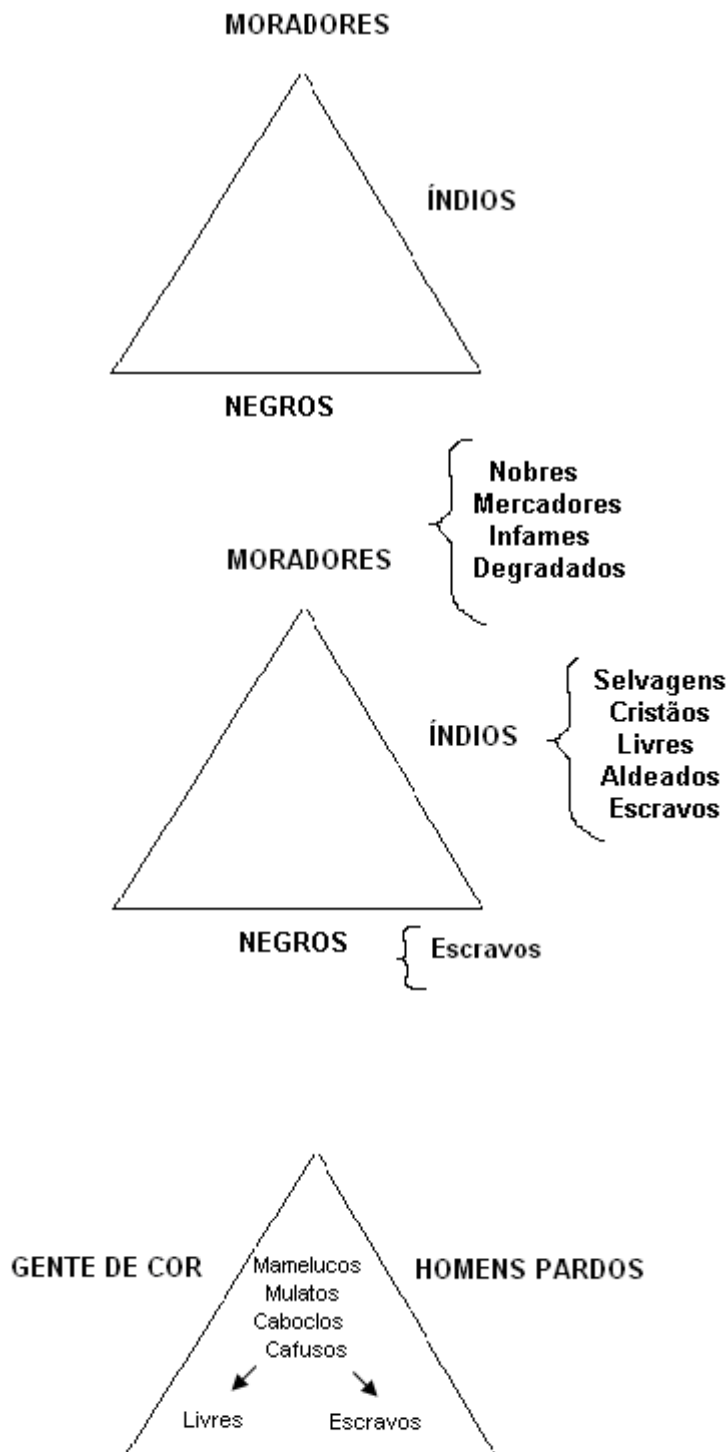
Compreende-se, pelo exposto, a dimensão dinâmica da construção de uma civilização material que, sem curso evolutivo necessário, pode transitar em um movimento Coleta ^(C1) → Produção ^(P2) → Coleta ^(C3) como aconteceu no Maranhão do antigo indigenato (C1), que conheceu, depois, desde a agricultura de exportação à indústria têxtil (P2), em

distintos cenários, retornando, mais tarde, à coleta do coco de babaçu (C3). Por evidente, na tessitura dos trâmites em questão, a sociedade conheceu mudanças, tornando-se de estamentos, na medida em que o Estado Nacional foi desenvolvendo a sua titubeante presença em um contexto mais urbano, de mais complexa divisão do trabalho, de convivência minimamente plural dos interesses da terra, das forças do comércio, dos segmentos militares, dos corpos políticos, da organização judiciária, das funções administrativas, das autoridades do clero, dos ensaios de indústria e, até mesmo, das corporações mutualistas dos artesãos, ou artífices, a se autodenominarem artistas, que tentavam começar a resistir, como esboços de cidadãos pobres, mas livres, na ordem escravocrata. Uma constante, porém, não deixou de exigir espaço de vigência orgânica na definição do estatuto da sociedade maranhense: a do patrimonialismo. O Maranhão, para ser rigoroso, jamais deixou, quanto ao Estado, de ter controle de Família, direcionada a esfera pública pela instituição privada, cujos instantes espasmódicos de raríssimo refluxo aconteceram nas delegações do Poder Central, a exemplo das nomeações dos Interventores Federais na década de 30, do século XX, estranhos até estranhíssimos, que plásticos esforços oligárquicos logo buscaram fazer de casa, tornar íntimos, comprometendo-os com o círculo de ferro do Poder.

A despeito da memorável Revolta de Beckmann⁴⁴, dos combates renhidos pela Independência⁴⁵, das lutas sociais vulcânicas da Balaiada⁴⁶, da gloriosa passagem da Coluna Prestes⁴⁷, do sacrifício dos Revoltosos de 1935⁴⁸ e da coragem cívica das vítimas de 1964⁴⁹, a verdade é que, por força do tradicionalismo, o Maranhão é conservador em política. Uma sucessão de aparentes, mas enganadoras correntes de opinião, pode ter povoado o céu republicano da política estadual – beneditismo, urbanismo, magalhãesismo, linismo, satusismo, vitorinismo, archismo, newtismo, sarneyismo, castelismo, cafeterismo etc – com um propósito monocárdio: convidar-se para o banquete do Poder. No Maranhão talvez só exista governismo. As formas impuras de governo, da preocupação de Platão e de Aristóteles, foram aquelas que conquistaram constância e cidadania na política maranhense, com o seu eterno retorno à tirania, á oligarquia e à demagogia, com as exceções necessárias e confirmadoras da regra. Constituem um desafio a ser vencido as palavras de João Francisco Lisboa, de extrema significação para a maranhensidade: “Quem aqui se empenha na política, e aspira a qualquer cargo, ou às honras populares, já sabe como tem de haver-se, e que há de fazer de procurador *in rem propriam*; pede, solicita, oferece-se, defende-se, barateia-se elogios, tudo por si e para si”⁵⁰. O outro – este exigente signo prognóstico da solidariedade - está por ser descoberto como razão de ser, não somente como figura de retórica, da atividade política. Daí o retrato da



Aquilo que João Francisco Lisboa designou como divisão da sociedade maranhense em “raças e classes”⁵¹, a realidade, configurou a distinção em castas, transfigurada no tempo histórico em separação estamental, quando da afirmação urbana crescente e desaguada, mais tarde, na separação em classes sociais, resultado da ampliação da divisão social do trabalho estamental, a resolver-se em indústria e em concorrência. Se o Maranhão rural foi de castas, o urbano foi de estamentos e o industrial foi de classes sociais, com a particularidade de que o arcaísmo dos mecanismos de controle patrimonial do Estado sempre representou, no regime de estratificação por classes, um veículo de preservação e de reinvenção das castas e dos estamentos sociais. Se se pudesse recorrer ao diagrama da pirâmide de Pareto, ter-se-ia o seguinte resultado, do simples para o complexo, quanto à estratificação social maranhense:



A percepção da miscigenação, resultado de trocas interétnicas, colocou em processamento a máquina da usina cultural, de cujo dinâmico funcionamento decorreu a formação de um patrimônio espiritual extraordinário. Expressivo na sua configuração popular, construtora do bumba-meu-boi – este teatro, ópera, canto, dança, bordado, música, estatuária e inconsciente coletivo – e semeadora de antigos carnavais de dimensão lírica, regados a corsos, blocos rítmicos e batalhas discutíveis de maizena, bem como capacitado a transformar o imigrante reggae em uma

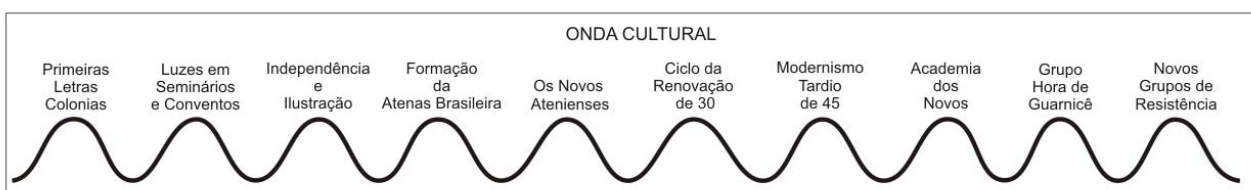
orgânica manifestação eternamente participante da maranhensidade. Mais do que saborosa na culinária - fato social equilibrado em uma sociedade de agudo desequilíbrio humano – destituído dos excessos de dendê, da Bahia e de coco, de Pernambuco, bem como da gordura, de Minas Gerais e da escassez de variedade do Rio de Janeiro. Maranhão da farinha d'água, do feijão com verdura, da carne salpresa, do pratarraz de arroz, da salada de camarão, do peixe ao leite de babaçu, do sarrabulho com farinha seca, da dobradinha com verdura, da galinha ao molho pardo, do pão cheio, de carne e de camarão, da salada de caranguejo, do bolo de tapioca, e do arroz de quase tudo: arroz de cuxá, arroz de jaçanã, arroz de toucinho, arroz de polvo, arroz de jurará e arroz doce. E também da carne de porco magra, seca e tostada, do pato guisado e assado, do bobó de camarão, da pescada guisada, do peixe pedra, do cuxá do paraíso, da salada de sarnambi, da torta de camarão, do caruru do céu, da torta de sururu, do vatapá da salvação, do peixe e da carne guisada com legumes e com verduras, do mingau de tapioca, do doce de buriti e da tiquira, fogo bebido sob enganosa cor.

Se a culinária maranhense é, por definição, equilibrada, os hábitos senhoriais de mesa opulenta jamais o foram, e, sobrevivendo, permitem declamar, como se se vivesse para comer: ‘Se se morre de fartura? De fartura também se morre...’ O testemunho da memória gustativa de Graça Aranha é um banquete divino, servido nas férias do sítio do Caminho Grande: “Passava-se o dia em perpétua merenda, bolos do Maranhão, os famosos bolos-podres, manuês, pamonhas, canjicas, alcaçar. Bebia-se garapa, chibé, água de coco dos coqueiros do sítio e açaí da juçara, apanhada no alagadiço da fonte.”⁵² Só? Só se fosse o começo, que estavam a caminho bacurís, cajus, mangas e goiabas, como entradas para os rodízios de castanhas de cajus assadas. Todavia, tudo quanto foi exposto e servido e comido, não passava de exames preparatórios a habilitar para os momentos eternos do clímax: “Nessas comezainas, que intercalavam os almoços e jantares de peixada, galinhas-de-molho-pardo, pacas e cutias compradas na estrada aos caboclos de Maioba, perus recheados, leitões assados, levava-se um mês de bombança.”⁵³ E as cocadas, o doce de murici, o creme de bacuri e os refrescos e os picolés e os sorvetes e, no século XX, a cola guaraná Jesus, da sedutora cor das coisas refinadas? Maranhão da culinária sem a mesmice com batatas fritas, do Rio de Janeiro, com virado, de São Paulo e com arroz de carreteiro e com churrasco, do Rio Grande do Sul.

Maranhão de gente, por temperamento, de psicologia social mais para o tímido, do que para o comício, para o íntimo, do que para o público, para o murmúrio, do que para a grandiloquência, para o recolhimento, do que para a extroversão, enfim, mais para a ironia, a verve, o motejo, a crítica e a sátira, do que para a guerra franca, aberta e declarada, de enfrentamento total e de completo pugilato. Muito, muito mais para Atenas do que para Esparta. E, contudo, por ser o homem ‘a reta mais curva que a vida tem’, conforme o estampado no verso da canção de Francisco

Maranhão, são os maranhenses de todas as festas e de todos os tambores, de todas as toadas e de todos os santos: Antônio, João e Pedro, José, Maria e Pantaleão, Benedito, Joaquim e Santana. Escute-se Graça Aranha: “A festa dos Remédios sobrepunha em prestígio. Era a festa por excelência do Maranhão.”⁵⁴ E ainda: “Durante o ano inteiro toda a gente preparava-se para a festa dos Remédios.”⁵⁵ Evento lúdico, sagrado e profano, immortalizado em primorosa observação sociológica, por João Francisco Lisboa, a descrever novenas, chapéus, luvas, vestidos, foguetes, balões, cânticos, zabumbas, bandeiras, Gonçalves Dias, leilão de variedades e a “guerra gastronômica,”⁵⁶ a saber: “Dantes se improvisavam no largo doze ou mais barracas, com toldos de lona, em que os amigos da alimentação suculenta e abundante iam abarrotar-se de costeletas, lombos de porco, tortas de camarão, escabeches, guisados de peixes, e outras comidas desta feição.”⁵⁷ Eis a excelência da festa de Nossa Senhora dos Remédios...

Pátria pequena do mar cinzento e das areias dos Lençóis Maranhenses, da arquitetura colonial indisputável de São Luís e das cachoeiras do sertão de Carolina. Terra que não escolheu como arquétipo o espelho mítico da valentia ou o sol incandescente do dinheiro, o chão escorregadio da malandragem ou a quimera passageira do *swing*. Gente que preferiu para si o fogo sagrado da sabedoria e a afinidade eletiva do conhecimento⁵⁸, cuja alma foi devassada pela síntese analítica de Graça Aranha: “O Largo dos Remédios fica numa ribanceira à beira do Anil. No centro, um tronco de palmeira de mármore tem no cimo a estátua de um homem. É Gonçalves Dias. Embaixo, no pedestal, os medalhões de Odorico Mendes, João Lisboa, Gomes de Sousa, Sotero dos Reis. A poesia, o pensamento, a ciência, a gramática. Orgulho do Maranhão.”⁵⁹ Terra e gente sublimadas na única glória – a machadiana – que ficou, elevou, honrou e para sempre consolará. Grandeza nas ciências, letras e artes que desafiam o Maranhão a prosseguir fiel a si mesmo e que explica a razão por que Ferreira Gullar e Josué Montello, Odylo Costa, filho e Franklin de Oliveira, Manoel Caetano Bandeira de Mello e Oswaldino Marques, Ignácio Rangel e Hilton Japiassu, Luiz Costa Lima e Joãozinho Trinta, Alcione Nazareth e Bandeira Tribuzi, Turíbio Santos e José Louzeiro, José Sarney e João do Vale, Lago Burnett e Nascimento Moraes Filho, João Mohana e Bernardo Almeida, Nauro Machado e José Chagas, Luís Augusto Cassas e Couto Corrêa Filho, não foram, são ou serão de geração espontânea, ou produtos do acaso, como comprova a



Ser fiel a si mesma para sociedade maranhense é superar o fatalismo e a resignação, construindo o seu vir-a-ser na vida do mundo de maneira ampliada, sob a confirmação essencial da única vocação permanente, que ciclo de qualquer natureza jamais derogou. Significa compreender que o Maranhão, como o Brasil, jamais resolveu a contento o problema da sociedade agrária, de geração de uma relação estável homem-terra. Representa considerar que, declinante o seu parque fabril, o Maranhão foi relegado para a periferia da periferia da concentrada sociedade industrial brasileira. E, sobretudo, ponderar que a emergente sociedade do conhecimento pode representar o caminho do (re)encontro do Maranhão consigo mesmo, uma vez que o Grupo Maranhense, responsável pela gênese da mística da Atenas Brasileira, tornou o célebres a terra e a gente pela devoção à causa existencial da cultura e ao combate visceral pelo espírito. Avançar será voltar a si mesmo, como era da luminosa consciência de Gonçalves Dias na “Canção do Exílio”:

“Minha terra tem palmeiras,
Onde canta o Sabiá;
As aves, que aqui gorjeiam,
Não gorjeiam como lá.

Nosso céu tem mais estrelas,
Nossas varzeas tem mais flores,
Nossos bosques tem mais vida,
Nossa vida mais amores.

Em scismar, sózinho, à noite,
Mais prazer encontro eu lá;
Minha terra tem palmeiras,
Onde canta o Sabiá.

Minha terra tem primores,
Que taes não encontro eu cá;
Em scismar – sózinho, à noite –
Mais prazer encontro eu lá;
Minha terra tem palmeiras,
Onde canta o Sabiá.

Não pemitta Deos que eu morra,
Sem que eu volte para lá;
Sem que desfructe os primores
Que não encontro por cá;
Sem qu'inda aviste as palmeiras,
Onde canta o Sabiá.”⁶⁰

A cultura, a sabedoria e o conhecimento estão para o Maranhão, guardadas as proporções devidas, assim como as Pirâmides estão para o Egito, a Acrópole para a Grécia e o Coliseu para a Itália. Periféricamente vinculado ao espaço econômico globalizado, a sociedade classista maranhense, de opulência e de miséria, vencendo a sua mentalidade escravocrata, precisa ser retirada do pântano e aspirar à subida montanha, reafirmando é maior do que o abismo. Já Bernardo José da Gama condenava, no longínquo ano de 1813: “Há bastantes daquelles edificios nobres, e talvez desapropriados ao resto da Cidade, onde (he notavel) não se acha aquella mediania de Fortunas, que apparecem em todas as Cidades Capitaes; mas só hua oppulencia misturada no meio da maior baixera.”⁶¹. Trata-se de histórica exclusão social, muitas vezes agravada pela antiga desídia, reiterada irresponsabilidade moral e recorrente atitude patrimonialista da sub-elite ou anti-elite maranhense que, semelhante à brasileira, imaginou ser próspera caminhando sob párias, degradando a sua gente. Câmbio social⁶¹ é trocar a ‘maior baixera’ pela ‘mediania de Fortunas’. Eis uma agenda compatível com os direitos humanos.

Com efeito, não seria razoável colocar quase um ponto final neste ensaio de interpretação da maranhensidade, sem fazer justiça à presença dos religiosos em sua formação social e sem reconhecer que, entre dominicanos, franciscanos e jesuítas, sem ser exaustivo, existiram humanistas notáveis. Padre Antônio Vieira, em qualquer hipótese, pertenceu à galeria dos próceres intelectuais do barroco. Em perspectiva da América, na qual o Maranhão está situado, não pode ser esquecida a realidade de que, em 1537, por intermédio da Bula Papal ‘Veritas Ipsa’, foi declarado que o índio era gente e tinha alma, realidades que o indófilo dominicano Frei Bartolomé de Las Casas, o fundador dos Direitos Humanos moderno, sabia de há muito. Daí que, antecipando-se a Jean-Jacques Rousseau, Bartolomé de Las Casas retratou o índio americano como o bom selvagem, por ser gente e ter naturalmente alma, “sin maldades ni dobleces”⁶², da família das “ovejans mansas”⁶³, todas ameaçadas pelos brancos “como lobos e tigres y leones cruellísimos de muchos dias hambrientos”⁶⁴, capazes de “derramar tan immensa copia de humana sangre”⁶⁵ para

“robar incoparables tesoros”⁶⁶, segundo atitudes “inicias, tiránicas, y por toda ley natural, divina y humana condenadas, detestadas y malditas”⁶⁷. Está feita a justiça devida.

O investimento maciço na educação e na cultura, o combate sistemático à miséria, a produção crescente de alimentos, a promoção orgânica da atividade turística, a descoberta de nichos da biocivilização, a reconstrução da relação com o mercado internacional, o investimento obsessivo em ciência e em tecnologia, o fomento contínuo às atividades de pesquisa, a produção estratégica de energia limpa, o estímulo ao agro-negócio sustentável, a proposição de um modelo de eco-desenvolvimento, o estabelecimento de uma política de águas, a desprivatização democrática do Estado, a organização, a mobilização e a participação da sociedade, a defesa, a preservação e a utilização racional da biodiversidade, a criação de uma referência internacional na transação de crédito carbono, o exame crítico da produção ética de biocombustível, o estímulo sistemático ao empreendedorismo, especialmente juvenil, a formação de agentes empresariais multiplicados, de pequeno e de médio portes, a geração de capital social democrático, o combate substantivo à violência no campo e na cidade e o chamamento da sociedade para a gestão do seu futuro e do seu destino – eis alguns elementos de um projeto multissecular de libertação do Maranhão da miséria, da pobreza, da exclusão, do patrimonialismo, do familismo e do mandonismo.

São tópicos, estes, do prefácio a uma agenda humanística para um Maranhão revolucionado pelo princípio magno dos direitos fundamentais de todo Homem e do Homem todo: gente tem que ser tratada como gente, em uma sociedade que procure ser “um todo de todos”⁶⁸, como defendeu Jacques Maritain, por ser o Homem tudo, menos “uma paixão inútil”⁶⁹, como considerou Jean-Paul Sartre nas páginas conclusivas de **O Ser e o Nada**.

NOTAS

- (1) – SÉGUIER, Jayme de. **Dicionário prático ilustrado**. Porto, Lello & Irmão, Ltd^a, Editores, 1928, p. 706.
- (2) – MARQUES, César Augusto. **Dicionário histórico-geográfico da província do Maranhão**. 3^a edição. Rio de Janeiro, Cia. Editora Fon-Fon e Seleta: São Luís, SUDEMA, 1970, p. 437.
- (3) – Id. Ibid., p. 437.
- (4) – Id. Ibid., p. 437.
- (5) – VIEIRA, Padre A. **Sermões. Obras completas do Padre Antônio Vieira**. Porto, Lello & Irmão, Ltd^a, Editores, 1959, tomos IV, V e VI, p. 157.
- (6) – ARISTÓTELES. **Política**. 2^a edição. Brasília, Editora da Universidade de Brasília, 1988, p. 13 e ss.
- (7) – VIEIRA, Padre A. **Sermões. Obras completas do Padre Antônio Vieira**. Porto, Lello & Irmão, Ltd^a, Editores, 1959, tomos IV, V e VI, p. 157.
- (8) – Id. Ibid., p. 157.
- (9) – Id. Ibid., p. 157.
- (10) – Id. Ibid., p. 158.
- (11) – Id. Ibid., p. 158.
- (12) – Id. Ibid., p. 159.
- (13) – Id. Ibid., p. 159.
- (14) – Id. Ibid., p. 159.
- (15) – Id. Ibid., p. 177.
- (16) – Id. Ibid., tomos, XIIIO, XIV e XV, p. 311.
- (17) – Id. Ibid., p. 311.
- (18) – Id. Ibid., p. 311
- (19) – Id. Ibid., tomos, IV, V, e VI, p. 73.
- (20) – Id. Ibid., p. 87.
- (21) – Id. Ibid., p. 87.

- (22) – MARQUES, César Augusto. **Dicionário histórico – geográfico da província do Maranhão.** 3ª edição. Rio de Janeiro, Cia. Editora Fon-Fon e Seleta: São Luis, SUDEMA, 1970, p.395.
- (23) – REBELO, Marques (Organizador). **Antologia escolar brasileira.** Brasília, Campanha Nacional de Material de Ensino, 1967, p. 271.
- (24) – MARQUES, César Augusto. **Dicionário histórico – geográfico da província do Maranhão.** 3ª edição. Rio de Janeiro, Cia. Editora Fon-Fon e Seleta: São Luis, SUDEMA, 1970, p.395.
- (25) – Id. Ibid., p. 395.
- (26) – Id. Ibid., p. 395.
- (27) – Id. Ibid., p. 395.
- (28) – VIVEIROS, Jerônimo de. **História do comércio do Maranhão: 1612 – 1895.** 2ª edição. São Luis, Associação Comercial do Maranhão, 1992, v. 1, p. 7 e ss.
- (29) – DIAS, Gonçalves. **Poesia completa e prosa escolhida.** Rio de Janeiro, Editora José Aguilar Ltdª, 1959, p. 106.
- (30) – Consultar a respeito CORRÊA, Rossini. **Formação social do Maranhão: o presente de uma arqueologia.** São Luis, SIOGE, 1993, 395 p.
- (31) – GAIOSO, Raimundo José de Souza. **Compêndio histórico-político dos princípios da lavoura do Maranhão.** 2ª edição. Rio de Janeiro, Livros do Mundo Inteiro, 1970, p. 238.
- (32) – Id. Ibid., p.239.
- (33) – BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. **O feudo: a casa da torre de Garcia d'Ávila.** 2ª edição. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2007, ps. 124 e 194 e 304.
- (34) – GAIOSO, Raimundo José de Souza. **Compêndio histórico-político dos princípios da lavoura do Maranhão.** 2ª edição. Rio de Janeiro, Livros do Mundo Inteiro, 1970, p. 164.
- (35) – Id. Ibid., p. 120.
- (36) – VIVEIROS, Jerônimo de. **História do comércio do Maranhão: 1612 – 1895.** 2ª edição. São Luis, Associação Comercial do Maranhão, 1992, v. 1, p.87.
- (37) – MORAES, Padre José. **História da Companhia de Jesus na extinta província do Maranhão.** 2ª edição. Rio de Janeiro, Editorial Alhambra, 1987, p. 246.
- (38) – Id. Ibid., p. 246.
- (39) – Id. Ibid., p. 246.

- (40) – Consultar a respeito LISBOA, D. Frei Cristóvão de. **História dos animais e árvores do Maranhão**. Rio de Janeiro, Editorial Alhambra, 1985, 214 p.
- (41) – Consultar a respeito **JORNADA DO MARANHÃO POR ORDEM DE SUA MAJESTADE FEITA O ANO DE 1614**. Rio de Janeiro, Editorial Alhambra, 1984, 100 p.
- (42) – BERREDO, Bernardo Pereira. **Anais históricos do Estado do Maranhão**. 4ª edição. Rio de Janeiro, Tipo Editor, 1988, p.117.
- (43) – LISBOA, João Francisco. **Crônica do Brasil colonial: apontamento para servirem a história do Maranhão**. Petrópolis, Vozes: Brasília, INL, 1976, p. 410.
- (44) – Id. Ibid., p. 430 e ss.
- (45) – Consultar a respeito SILVA, Luis Antônio Vieira da. **História da independência da província do Maranhão: 1822 – 1828**. 2ª edição. Rio de Janeiro, Companhia Editora Americana, 1972, 600 p.
- (46) – Consultar a respeito SERRA Astolfo. **A balaiada**. 2ª edição. Rio de Janeiro, Bedechis, 1946, 310 p.
- (47) – Consultar a respeito COSTA, Maureli. **A marcha dos revoltosos: passagem da Coluna Prestes pelo Maranhão**. São Luis, SIOGE, 1991, 116 p.
- (48) – Consultar a respeito CORRÊA, Rossini, COSTA, Maureli, PALHANO, Raimundo e BRAGA, Pedro. **Um fio de prosa autobiográfica com Ignácio Rangel**. São Luis, SIOGE, 1991, 116 p.
- (49) – Consultar a respeito MOREIRA, Neiva. **O pilão da madrugada: um depoimento a José Louzeiro**. Rio de Janeiro, Editora Terceiro Mundo, 1989, 429 p., e Francisco, Antônio. **Maria Aragão: a razão de uma vida**. São Luis, SIOM, 1992, 240 p.
- (50) – LISBOA, João Francisco. **Crônica política do império**. Rio de Janeiro, Francisco Alves: Brasília, INL, 1984, p. 113.
- (51) – LISBOA, João Francisco. **Crônica do Brasil colonial: apontamentos para servirem a história do Maranhão**. Petrópolis, Vozes: Brasília, INL, 1976, p. 391.
- (52) – ARANHA, Graça “O meu próprio romance” In: **Obra completa**. Rio de Janeiro, Instituto Nacional do Livro, 1968, p.563.
- (53) – Id. Ibid., p. 564.
- (54) – Id. Ibid., p. 557.
- (55) – Id. Ibid., p. 557.
- (56) – LISBOA, João Francisco. “A festa de N^a. S^a. dos Remédios. In: **Obras de João Francisco de Lisboa**. São Luis, ALUMAR, 1991, v. IV, p. 309.

- (57) – Consultar a respeito CORRÊA, Rossini. **Atenas brasileira: a cultura maranhense na civilização nacional**. Brasília, Thesaurus Editora: Corrêa & Corrêa Editores, 2001, 380 p.
- (58) – ARANHA, Graça “O meu próprio romance” In: **Obra completa**. Rio de Janeiro, Instituto Nacional do Livro, 1968, p. 557.
- (59) – DIAS, A. Gonçalves. **Cantos. Collecção de Poesias de A. Gonçalves Dias**. 4ª edição. Leipzig, F. A. Brockhaus, 1865, tomo primeiro, p. 4.
- (60) – GAMA, Bernardo José da. **Informação sobre a capitania do Maranhão dada em 1813 ao Chanceler Antonio Rodrigues Velloso**. Viena D’ Áustria, Imprensa do Filho de Carlos Gerold, 1872, p. 13.
- (61) - Consultar a respeito CORRÊA, Rossini. **Mudança Social no Nordeste**. São Luis, SIOGE, 1986, 176 p., CORRÊA, Rossini. **A lição da transição no Brasil**. São Luis, Edição do Autor, 1986, 68 p., e TRIBUZI, Bandeira. **Formação econômica do Maranhão: uma proposta de desenvolvimento**. São Luis, FIPES, 1981, 60 p.
- (62) – LAS CASAS, Bartolomé de. **Obra indigenista**. Madrid, Alianza Editorial, 1985, p. 68.
- (63) - Id. Ibid., p. 69.
- (64) – Id. Ibid., p. 70.
- (65) – Id. Ibid., p. 66.
- (66) – Id. Ibid., p. 66.
- (67) – Id. Ibid., p. 66.
- (68) – Com este espírito, o pensador cristão esclarece qual é o desafio que aguarda a todos: “é a instauração de uma *cidade fraternal*, em que o homem seja libertado da miséria e da servidão”. MARITAIN, Jacques. **Os direitos do homem e a lei natural**. Rio de Janeiro, Livraria José Olympio Editora, s/d, p. 64.
- (69) – SARTRE, Jean-Paul. **O ser e o nada: ensaio de ontologia fenomenológica**. 4ª edição. Petrópolis-RJ, Editora Vozes, 1997, p.750.

PERFIL DO AUTOR



Dedicado aos estudos jurídicos, teológicos, filosóficos e sociais, **José Rossini Campos do Couto Corrêa**, que participou de seminários jurídicos na Pontificia Studiorum Universitas Urbaniana, no Vaticano e na Libera Università Maria Santíssima Assunta, em Roma, é Bacharel em Direito, Bacharel em Ciências Sociais, Mestre em Sociologia, Mestre em Teologia, Doutor em Ciências Sociais e Doutor em Ciências da Religião, com Seminários Pós-Doutorais em Política Internacional e Comparada. Doutor em Direito Internacional. Recebeu, entre outros, os seguintes Doutoramentos Honorários: em Direito (Universidade dos Povos da Europa), em Direito Canônico (Faculdade de Teologia Filadélfia Internacional), em Filosofia (Conselho Internacional dos Teólogos), em Divindade (Faculdade de Teologia Filadélfia Internacional), em Filosofia da Religião (Escola Superior de Estudos Teológicos e Filosóficas), em Religiões Comparadas (Faculdade de Educação e Teologia do Brasil), em Psicanálise Clínica (Sociedade Psicanalítica Reflexológica Nacional) e em Cultura Judaica (Seminário Beit Midrash).

Advogado, **Rossini Corrêa** é professor universitário, com atividades na Faculdade de Direito do Centro Universitário de Brasília (Professor Titular), na Pós-Graduação em Direitos Humanos, e no seu Mestrado em Direito das Relações Internacionais, bem como no Instituto de Ensino Superior de Brasília. Integra com frequência Bancas de Exame de Mestrado e de Doutorado na Universidade Nacional de Brasília, na Universidade Federal de Pernambuco, na Universidade de Fortaleza e na Universidade Gama Filho e participa de atividades pós-graduadas na Faculdade de Direito do Recife, na Fundação Universitária de Tocantins e na Universidade Federal do Maranhão.

Rossini Corrêa foi Coordenador Nacional da Lei Sarney, Assessor Especial do Governador de Pernambuco, Secretário de Educação e Cultura de Jaboatão dos Guararapes, Professor Adjunto IV da Universidade Federal do Maranhão, Assessor da Secretaria de Cultura do Estado do Maranhão, Diretor do Centro de Pesquisas Estruturais da Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas e Sociais, Chefe de Cadastramento do Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas de Natureza Cultural, Advogado do Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente do Distrito Federal, Assessor Jurídico da CPI sobre Exploração Sexual de Crianças e de Adolescentes (CD/DF), Professor do Curso de Formação de Oficiais (APM/DF), Professor da Associação de Ensino Unificado do Distrito Federal, Professor da Associação Pioneira de Integração Social, Técnico de Nível Superior da Fundação Escola Nacional de Administração Pública, Coordenador de Estágio (em exercício) da Fundação Escola Nacional de Administração Pública, Diretor de Estágio (em exercício) da Fundação Escola Nacional de Administração Pública e Servidor Requisitado da Câmara dos Deputados e do Senado Federal.

Autor de 23 livros, **Rossini Corrêa** conquistou 20 prêmios literários e possui cerca de 50 obras inéditas. Eis a sua bibliografia mínima:

ALGUMAS TESES

- **Classe Média Posta em Questão: ensaio de revisão bibliográfica.** Recife: UFPE, 1978. 170 p.. Trabalho de Conclusão de Curso de Bacharel em Ciências Sociais.
- **Formação Social do Maranhão: o presente de uma arqueologia.** São Luís, SIOGE, 1993, 391 p.
- **O Liberalismo no Brasil: José Américo em perspectiva.** Brasília, Senado Federal, 1994, 710 p.
- **Política Externa Independente: contribuição crítica à história da diplomacia nacional.** São Paulo, USP, 1992. 160 p, Trabalho oferecido ao Programa de Pós-Doutorado em Política Internacional e Comparada.
- **Elegias de Eraldo.** Brasília, Instituto de Ensino Superior Evangélico, 1998, 150 p. Tese de Mestrado em Teologia.
- **Direito & Teologia: Amós, profeta de qual justiça?** Brasília, Faculdade de Teologia Antioquia Internacional, 199, 150 p. Tese de Doutorado em Ciências da Religião.

FICÇÃO

- **O Prêmio Nobel.** Brasília, Corrêa e Corrêa Editores, 1989, 60 p.
- **Reino Unido do Brasil.** São Luís, SIOGE, 1993, 157 p.

POESIA

- **Canto Urbano da Silva.** São Luís, SIOGE, 1984, 100 p.

- **Sinfonia Internacional para a Pátria América: liberdade.** São Luís, SIOGE, 1986. 216 p.
- **Saltério de Três Cordas.** Brasília, Guarnicê, 1989. 130 p. Co-autoria com Joaquim Haickel e Pedro Braga.
- **Almanaque dos Ventos.** São Luís, SECMA/SIOGE, 1991. 140 p.
- **Baladas do Polidor de Estrelas.** São Luís, SECMA/SIOGE, 1991. 120 p.
- **Dois Poemas Dramáticos para Vozes e Violinos.** Brasília, Thesaurus, 2001, 64 p.
- **Champagne para Nirciene.** Brasília, Kelps, 2005, 224 p.

SOCIOLOGIA

- **Mudança Social do Nordeste.** São Luís, SIOGE, 1986, 186 p.
- **O Bloco Bolivariano e a Globalização da Solidariedade: bases para um contrato social universalista.** Em parceria com Valdir Perazzo. Brasília, Corrêa & Corrêa Editores, 1998, 327 p.
- **Da Itália para o Brasil.** Brasília, Editores Perazzo & Corrêa, 1998, págs 21 a 39 e 213 a 218.
- **Atenas Brasileira: a cultura do Maranhão na civilização nacional.** Brasília, Corrêa & Corrêa: Thesaurus, 2001, 379 p.

POLÍTICA

- **1945: a lição de transição no Brasil.** São Luís, Edição do Autor, 1986. 68 p.
- **Roma de Bravos Guerreiros: o Diabo Loiro na história política de Pernambuco.** Em parceria com João Roma Neto. Recife, Instituto Frei Caneca de Estudos Políticos e Sociais, 1998, 330 p. Co-autoria com João Roma Neto.

HISTÓRIA

- **O Modernismo no Maranhão.** São Luís, UFMA, 1982. 108 p.; 2ª ed. ver. e aum. Brasília: Corrêa e Corrêa Editores, 1982. 292 p.: 3ª ed. São Luís: Jornal Vagalume, 1990/91, números esparsos.
- **Paraná: começo de um Brasil melhor.** Brasília, Câmara dos Deputados, 1989.168 p.

DIREITO

- **Crítica da Razão Legal.** 2ª Edição, Rio de Janeiro, América Jurídica, 2004, 325 p.
- **Jusfilosofia de Deus.** Brasília, Editora Primogênitos de Deus, 2005, 370 p.

MEMÓRIA

- **Um Fio de Prosa Autobiográfica com Ignácio Rangel.** São Luís, IPES/UFMA/SIOGE, 1991. 166 p. il. Co-entrevistador, em cooperação com Maureli Costa, Pedro Braga e Raimundo Palhano, e autor da introdução e das notas.

- **Brasis que Vivi: memórias de Moura Cavalcanti.** Recife, Fundação Joaquim Nabuco/Massangana, 1992, 308 + LXXVII p. il. Entrevistador, pesquisador e responsável pela forma literária.
- **Ad Immortalitatem.** Brasília: Thesaurus, 1999. 54 p. Discurso de posse na AbrL.

Rossini Corrêa é membro efetivo da Academia Brasileira de Letras, cadeira N° 7, cujo patrono é Joaquim Nabuco. Recebeu ainda os títulos de Comendador da Soberana Ordem dos Valores Cristãos, de Teólogo Imortal e da Cruz do Mérito Teológico e Educacional. Integra a Academia Brasileira de Ciências da Religião. Recebeu a Medalha do Mérito Candango e é membro do Conselho Editorial da Câmara dos Deputados.

Rossini Corrêa tem sucessivamente nominado turmas de formandos e alternado as condições de homenageado, patrono e paraninfo nos Cursos Superiores de Brasília. Responsável pelo desenvolvimento da Faculdade de Direito da Faculdade Euro-Americana, ali a representação estudantil foi designado Centro Acadêmico Rossini Corrêa.

Integra os Conselhos Consultivos da Fundação Casa de Penedo (AL) e da Fundação Bandeira Tribuzi (MA). Foi membro do Conselho Deliberativo da Escola Superior de Advocacia da Ordem dos Advogados do Brasil (DF) e componente da Comissão de Ensino Jurídico da Ordem dos Advogados do Brasil (DF). Tornou-se Cidadão Honorário de Brasília por proposição do Deputado Alírio Neto, aprovada por unanimidade.

Rossini Corrêa é membro dos Conselhos Editoriais do Centro de História da Igreja na América Latina e no Caribe, da Câmara dos Deputados, da Editora América Jurídica e Revista CESUC, bem como Consultor *ad hoc* para Filosofia do Direito da Revista CEJ, do Centro de Estudos Judiciários do Conselho da Justiça Federal e da Revista Prisma, do Mestrado em Direito das Relações Internacionais, do Centro Universitário de Brasília. Possui dezenas de artigos jurídicos publicados em órgãos especializados. É Presidente do Instituto de Direitos Universais – IDU. Foi eleito membro titular do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, para o exercício de 2004-2007, compondo a representação da seccional do Distrito Federal e presidindo a sua Comissão de Direitos Difusos e Coletivos. É Vice-Presidente da Associação Brasileira dos Advogados – ABA, Vice-Reitor da American World University – AWU/USA e Pesquisador Visitante do Instituto Maranhense de Estudos Socioeconômicos e Cartográficos-IMESC.

